

A REVOLUÇÃO ALEMÃ DE 1848 NOS ARTIGOS DA NOVA GAZETA RENANA

LIVIA COTRIM*

RESUMO

O artigo aborda o desenvolvimento da revolução e da contra-revolução de 1848 na Alemanha, pela exposição das posições assumidas pelas três forças em luta: os junkers, a burguesia e o povo. Acompanhando a análise exposta por Karl Marx nos artigos escritos para o jornal Nova Gazeta Renana, destaca-se a importância daquele processo para os desdobramentos da forma particular de objetivação do capitalismo, relacionada com a explicitação da perspectiva da revolução social.

PALAVRAS-CHAVE: Alemanha, revolução, capitalismo.

ABSTRACT

This paper addresses the development of the revolution and counter-revolution of 1848 in Germany by presenting the assumed positions by the three contending forces: the Junkers, the bourgeoisie and the people. Following the analysis set out by Karl Marx in articles written for the newspaper *Neue Rheinische Zeitung*, it highlights the importance of that process to the development of a particular form of capitalism objectification in the course of which the perspective of social revolution explicitly arises.

KEYWORDS: Germany, revolution, capitalism.

As revoluções que varreram a Europa continental em 1848¹ legaram ao mundo, e em particular à classe trabalhadora, bem mais do que uma designação – Primavera dos Povos –, herdada por insurreições populares desencadeadas contra formas distintas de dominação, e alcançando resultados muito diferentes, como a Primavera de Praga, em 1968, e a recente Primavera Árabe.

As revoluções de 1848 e sua derrota marcaram uma inflexão histórica: o envelhecimento da ordem do capital, e a emersão da perspectiva do trabalho,² inflexão evidenciada já na especificidade de seu caráter internacional. Todos os movimentos que a compuseram tinham em comum a luta contra a ordem existente, em particular contra as monarquias, eixo que sintetizava, em cada caso, problemas e propostas distintas, ao mesmo tempo em que as interligava, a vitória ou derrota de cada uma dependendo ou interferindo diretamente nas demais. Percorrendo um ciclo, a revolução “Começou na Itália, em Paris assumiu um caráter europeu, Viena foi o primeiro eco da revolução de fevereiro, Berlim o eco da revolução de Viena”. E a contra-revolução fez o mesmo percurso: “Na Itália, em Nápoles [...] assestou seu primeiro golpe, em Paris – as jornadas de junho – assumiu um caráter europeu, Viena foi o primeiro eco da contra-revolução de junho, em Berlim ela se consumou e se comprometeu.”³ O que se destaca nessa observação marxiana é que, além do desencadeamento quase simultâneo e desse mútuo influxo, seu caráter internacional – europeu – decorreu das jornadas de junho parisienses, cujo núcleo é a mudança na posição das classes e suas inter-relações: a autoafirmação do proletariado como classe revolucionária antagônica ao capital, traz à tona a necessidade humana geral da época: a abolição da sociedade burguesa (embora esta não fosse a meta imediata dos movimentos, e vários objetivassem instaurá-la).⁴

Hoje, reafirmar a supressão do capital como necessidade para retomar o fio da autoconstrução humana impõe a tarefa de proceder à

análise crítica das tentativas até hoje empreendidas pela classe trabalhadora. Nesse sentido, as revoluções de 1848 constituem um objeto privilegiado, oferecendo a oportunidade de abordar esse tema no quadro até hoje único de uma revolução de âmbito europeu.

Aqui será abordado o decurso do movimento na Alemanha, acompanhando as análises marxianas expostas nos artigos da *Nova Gazeta Renana*,⁵ que incluem o vínculo e contraponto com as insurreições de fevereiro e junho na França, determinado pelo caráter burguês das relações de produção e intercâmbio e da monarquia francesa, em contraste com a conservação, na Alemanha, de condições econômicas e políticas ainda semifeudais, estando a burguesia alijada do poder.

Essa diferença é tributária da forma particular de objetivação do capitalismo na Alemanha, da qual as revoluções e contra-revoluções de 1848/49 constituíram um momento fundamental. Embora estivesse aberta a alternativa de sua supressão, se consolidará a via que Marx já antes designava como “miséria alemã”, e Lênin posteriormente denominou de “via prussiana”. Entre os traços principais que exibía na década de 40 do século XIX, destacam-se o anacronismo, identificado, de um lado, pela permanência de relações econômicas, sociais e políticas feudais ao lado de relações capitalistas incipientes, e pela presença de uma burguesia já conservadora sem jamais ter sido revolucionária; e de outro, pela inatualidade da luta por alcançar uma condição econômica e política já “coberta de pó no sótão dos trastes velhos dos povos modernos.”⁶

É nessa condição que a burguesia alemã enfrenta as insurreições de 1848, condição produzida ao longo de um processo histórico cujas raízes alcançam o século XVI. Naquele período, num quadro em que os vínculos entre os interesses econômicos das várias regiões em que se dividia a Alemanha eram extremamente frágeis, teve grande impacto a mudança das rotas comerciais (graças ao descobrimento da América e do

caminho marítimo para a Índia), isolando-a do dinamismo econômico em curso e favorecendo, assim, a permanência de relações arcaicas combinadas com formas modernas. Para esse resultado concorreu a derrota dos camponeses na guerra de 1525. Pretendendo “levar a cabo o que o Império era incapaz de realizar: a unificação da Alemanha, a liquidação das tendências centrífugas, absolutistas-feudais”,⁷ sua derrota fortaleceu essas tendências, e os pequenos príncipes foram “encarregados de estabilizar o desmembramento da Alemanha”, desde então “convertida em um impotente aglomerado de pequenos Estados formalmente independentes”⁸ (frouxamente unidos sob o Sacro Império Romano-Germânico). À fragilização da nascente burguesia e à acentuação da exploração feudal do campesinato, agrega-se sua transformação em “botim da política do mundo capitalista então nascente:” Espanha, França, Inglaterra, e posteriormente Rússia, que procuram manter a desagregação. Em decorrência, os séculos XVI e XVII são de retrocesso econômico, social, político e cultural.

Essas condições materiais limitadas são o chão social da “mesquinhez, a estreiteza, a falta de horizontes”, da arraigada “mentalidade de súditos” que caracterizam a burguesia alemã. Esses traços, tão constitutivos dessa classe quanto sua fragilidade objetiva, acrescidos do luteranismo, vão reduzindo cada vez mais a margem “para uma atitude ideológica de oposição ou simplesmente crítica”.⁹

Apenas na segunda metade do século XVIII a Alemanha começa a se recuperar, com o crescimento econômico da burguesia e a retomada da aspiração à unidade nacional. Data desse período, graças à “necessidade econômica de aburguesar-se”, sentida cada vez com mais força, o “compromisso de classe entre a nobreza e a pequena burguesia, sob o domínio da primeira”, compromisso que se manterá até o século XIX e dará forma à luta da burguesia pelo poder.¹⁰

No século XVIII e inícios do XIX, expoentes filosóficos e

artísticos do Iluminismo alemão, vinculados às concepções e propostas do movimento francês e inglês, apoiarão a Revolução Francesa, ou ao menos seus resultados.¹¹ Entretanto, se tais posições encontraram adeptos em várias frações da burguesia, estavam longe de alcançar essa classe em todas as regiões. Com a invasão da Alemanha pela França napoleônica, esse desnível se acentua.¹² Na Renânia as relações feudais são suprimidas,¹³ sem que o mesmo ocorra nas demais regiões. E as lutas para sacudir o jugo napoleônico, travadas sob a égide da defesa das velhas formas sociais, identificadas ao “nacional”, embora vitoriosas, não resultaram na unificação nacional. Ao invés disso, forma-se a Confederação Germânica, com 39 estados,¹⁴ tendo por órgão central a Dieta Federal (Bundestag), presidida pela Áustria e com sede em Frankfurt.

A Restauração de 1815 encontra, assim, a Alemanha numa situação muito diferente daquela que vigorava na França e na Inglaterra. Apesar da recuperação anterior, a burguesia continuava numericamente reduzida e dispersa. A concorrência da indústria inglesa arruinara as antigas manufaturas, e apenas em poucos e dispersos distritos haviam se desenvolvido outras baseadas nas forças produtivas mais modernas.¹⁵

As relações feudais continuavam presentes, na forma da propriedade da terra e nos privilégios a ela ligados (como a isenção de pagamento de impostos fundiários para a nobreza), nas relações de trabalho no campo, em que a servidão ainda prevalecia (com o pagamento de tributos em dinheiro e prestação da corveia), na exclusividade de acesso aos altos postos da burocracia e do exército para a nobreza, no caráter absolutista do estado.

É esse panorama que Marx sintetiza ao mostrar que, sendo a burguesia objetiva e subjetivamente frágil e conservadora no período histórico em que a revolução burguesa era o mais largo horizonte visível, “a Alemanha não galgou simultaneamente com os povos modernos as

fases intermediárias da emancipação política. Não chegou sequer, praticamente, às fases que teoricamente superou”.¹⁶

De 1815 a 1848, embora se mantenham o atraso e a incongruência entre as várias esferas sociais, a burguesia alemã se desenvolverá economicamente e ganhará crescente peso político; embora suas tentativas de obter espaço no estado sejam derrotadas, “Cada derrota política da classe média trouxe consigo uma vitória no campo da legislação comercial”.¹⁷ Entre tais vitórias, se destacam a Tarifa Protetora Prussiana, em 1818, e, em 1834, a criação do *Zollverein*, entre quase todos os estados alemães, e da *Steuerverein*.¹⁸ Tendo a Áustria permanecido isolada de ambos, a Alemanha, na expressão irônica de Engels, “teve a satisfação de ser dividida apenas entre três poderes independentes, em vez de entre 36.”¹⁹

A expansão da indústria e do comércio, propiciada pela união aduaneira, pela concorrência crescente e pela comunicação facilitada pela introdução do vapor, tornaram mais homogêneas as condições de existência e, portanto, os interesses das burguesias das várias regiões, bem como favoreceram o reconhecimento dessa semelhança pelo contato mútuo, realizado na vida prática, por exigência de sua forma particular de atividade.²⁰

Essa expansão, isto é, o “desenvolvimento da sociedade burguesa na Prússia”, destruiu a “base material” das “antigas diferenças de classes” e do estado absolutista (*NGR*, nº 165, p. 320), pois a grande propriedade fundiária, que fora “o fundamento da *sociedade feudal*, medieval”, tornou-se cada vez mais “dependente do comércio e da indústria”, de sorte que a agricultura passou a ser “explorada industrialmente, e os velhos senhores feudais decaíram a fabricantes /.../. Por mais que se apeguem a seus velhos preconceitos, na prática se tornaram burgueses” (*NGR*, nº 231, p. 462).

Data de 1840 o início do movimento político da burguesia alemã,²¹ objetivando alcançar, por via não-revolucionária, uma monarquia constitucional, uma vez que o estado absolutista se tornara um entrave para a sociedade moderna. Mas, para “conquistar uma posição política correspondente à sua posição social”, para reivindicar “sua parte no domínio político, desde logo pelos seus interesses materiais”, precisou reivindicar “os direitos e as liberdades a que aspirava para si [...] sob a razão social dos *direitos e liberdades do povo*”.²²

Esse movimento oposicionista se agudiza em 1847, quando, no primeiro semestre, o imperador Frederico Guilherme IV convoca a Dieta Unificada, apresentando-lhe o pedido de novo empréstimo à Coroa. Representada nesse órgão e formando nele a oposição liberal,²³ a burguesia, capitaneada pelos renanos, pretendia adequar o estado a seus próprios interesses trocando crédito ao rei por direitos e espaços políticos. Sem essa contrapartida, recusa o empréstimo, e o rei dissolve a Dieta. No segundo semestre, os liberais reivindicam a convocação de um parlamento único, eleito por todos os estados associados ao *Zollverein*, o que implicava a defesa da unidade alemã sem a Áustria, e sob a égide da Prússia.

Nesse mesmo semestre, uma bandeira bem mais radical – a bandeira da república – é levantada pela esquerda do partido democrata.²⁴ Esse partido representava o povo, isto é, a pequena burguesia, o campesinato e o proletariado. Pois a incorporação da modernidade, embora parcial, implicara o desenvolvimento da classe que é produto mais legítimo do desenvolvimento industrial, de sorte que, nesse momento, quando “se ergueu ameaçadora em face do feudalismo e do absolutismo”, a burguesia, além de ter o camponês e a pequena burguesia atrás de si, “percebeu diante dela o proletariado ameaçador”.²⁵

Graças à presença da perspectiva do trabalho, que explicita as contradições e os limites do capitalismo, mal a burguesia alemã “se

atreve a conceber o pensamento de sua emancipação, a partir de seu próprio ponto de vista, e já o desenvolvimento das condições sociais, como também o progresso da teoria política, declaram que tal ponto de vista ficou antiquado ou, pelo menos, problemático”.²⁶ O antiquado ponto de vista a que se refere Marx é o da emancipação política, da revolução burguesa, parcial.²⁷ Tornado antiquado universalmente, inviabiliza-se na Alemanha pela ausência de seu sujeito: uma burguesia revolucionária.

Mas à condição burguesa de “representante geral da mediocridade filistéia de todas as outras classes”, contrapõe-se um proletariado composto principalmente de trabalhadores empregados por “pequenos negociantes cujo inteiro sistema de manufaturas é uma mera relíquia da Idade Média”. O núcleo formado pelos operários das indústrias mais modernas era numericamente minoritário.²⁸ Sua organização e consciência política também estavam aquém da alcançada pelo proletariado francês ou inglês. Ainda não atuando como classe independente, o operariado fazia parte do povo, junto com a classe dos pequenos comerciantes e artesãos, majoritária nas cidades, e o campesinato, que constituía a maioria da população, e se dividia em diferentes frações: os grandes e médios camponeses, que empregavam trabalhadores assalariados; os pequenos camponeses livres, presentes principalmente na Renânia, onde o feudalismo fora abolido, mas incluindo também os que tinham resgatado as obrigações feudais mediante indenização paga aos junkers; os camponeses servis; e trabalhadores assalariados agrícolas, cujas condições de vida eram extremamente miseráveis.²⁹

É nessa condição que se trava, na Alemanha, a luta contra o antigo regime. O atraso e o “desajuste geral”, enraizados no modo específico de objetivação e na configuração então existente das relações de produção e intercâmbio, se exprimem na peculiaridade das lutas de classes: “cada

classe, tão logo começa a lutar contra a classe que está por cima dela, se vê emaranhada na luta com aquela que está por baixo”.³⁰ Mesclam-se batalhas que, em outros povos, se deram em momentos distintos: pela unificação nacional e centralização política, contra o absolutismo e, ao mesmo tempo, o combate efetivamente contemporâneo, pois o proletariado já se levanta contra a burguesia – o movimento dos trabalhadores começa com as insurreições operárias da Silésia e da Boêmia em 1844,³¹ alguns anos antes, portanto, da revolução de 1848, enquanto na França ou na Inglaterra só após as respectivas revoluções burguesas ocorre um levante operário.

Esse quadro assumirá contornos ainda mais claros quando, em 24 de fevereiro de 1848, a revolução toma as ruas de Paris.³² A burguesia pretendia restringi-la a uma reforma eleitoral, isto é, ao alargamento do círculo dos politicamente privilegiados da classe possuidora. Mas a revolução foi desencadeada pelos trabalhadores e, “quando o povo levantou as barricadas, a Guarda Nacional manteve uma atitude passiva, o exército não ofereceu nenhuma resistência séria e a monarquia fugiu, a República pareceu ser a consequência lógica”.³³ A proclamação da república na base do sufrágio universal, em 25 de fevereiro, resultou da pressão armada do proletariado, de modo que este “apareceu imediatamente em primeiro plano, como partido independente, mas ao mesmo tempo, lançou um desafio a toda a França burguesa”,³⁴ desafio tão mais agudo por obrigar a república a declarar-se uma república *social*. Embora confundindo a emancipação política conquistada com a emancipação humana, o proletariado parisiense exibe já em fevereiro a alma social da revolução contra o capital que irromperá nas jornadas de junho.

Impulsionadas pela revolução de fevereiro, em março ocorrem insurreições em Viena, no dia 13, e em Berlim, no dia 18, seguida de

levantes em diversas outras capitais dos demais estados da Confederação Germânica.

Ali, entretanto, não se tratava “de uma luta contra as relações de propriedade burguesas, como ocorre na França e se prepara na Inglaterra”,³⁵ já que ali, diante da presença de relações sociais ainda mais anacrônicas, mesmo a velha sociedade capitalista significava um passo à frente. Mas para que tal passo se desse rompendo as opressivas relações econômico-sociais e políticas características da miséria alemã, a que pretendia restringi-lo a burguesia, punham-se para o partido democrático, em particular para a classe trabalhadora, tarefas diferentes das que se apresentaram nas revoluções burguesas clássicas. Entretanto, essa classe trazia também as marcas do atraso e da dispersão alemãs, bem como da parca organização e experiência de luta limitada, a que se somavam as dificuldades ideológicas resultantes da própria incompletude burguesa. Diferentemente do proletariado francês, que, ao iniciar suas lutas próprias, encontra diante de si uma burguesia anteriormente revolucionária e que já cumprira suas tarefas econômicas e políticas, o proletariado alemão faceia uma burguesia já conservadora que ainda não realizara aquelas tarefas.³⁶

Tanto em Viena quanto em Berlim, a revolução, desencadeada pelas classes que formavam o povo (camponeses, pequenos burgueses urbanos e operários, com maior participação desses últimos) e visando a derrocada das relações econômicas e políticas feudais, levou a burguesia ao cume do estado.

Em Viena, formou-se inicialmente uma aliança entre a burguesia comercial e industrial, a pequena burguesia e os operários, reivindicando (contra a nobreza latifundiária, a burguesia financeira e o governo de Metternich, que as representava), uma assembleia constituinte, o estabelecimento de tribunais do júri, liberdade de imprensa, manifestação e reunião. A burguesia, armada graças à criação da Guarda Nacional,

compõe a maioria no Comitê de Segurança, órgão de governo estabelecido pela revolução; mas também parcela da classe trabalhadora se arma, bem como os cerca de quatro mil estudantes, que “formavam o núcleo, a verdadeira força do exército revolucionário”.³⁷ Os camponeses, por seu lado, aboliram na prática os encargos feudais.

Também em Berlim combatem três partidos: os absolutistas feudais – os grandes proprietários de terras de origem feudal (junkers), detentores dos principais postos no exército, magistratura e burocracia, e cujo principal representante político é a coroa; a burguesia, em suas várias frações; e o povo, representado pelo partido democrático. Mas em Berlim, sob o impacto das jornadas de fevereiro, a burguesia se opôs desde o início às manifestações populares que eclodem desde o dia 3 de março, e contentou-se com as primeiras concessões feitas por Frederico Guilherme IV após a vitória da insurreição vienense,³⁸ mantendo a linha que vinha marcando sua atuação. Entretanto, os trabalhadores e a pequena burguesia não recuaram, e seguiu-se “o ataque dos militares à multidão, as barricadas, a luta e a derrota da realeza” em 18 de março. Que essas lutas foram sustentadas principalmente pelos trabalhadores, demonstra o fato de que, “em Berlim, havia apenas 15 representantes das classes educadas e 30 mestres-artesãos entre os 300 mortos”.³⁹

A vitória da insurreição obriga a coroa a mais algumas concessões, e constitui-se um ministério responsável perante o parlamento a ser eleito, composto por representantes da burguesia prussiana e encabeçado por Camphausen. Atropelada em sua tentativa de transitar para a monarquia constitucional por uma conciliação pelo alto, esta não quer nem pode satisfazer as condições a que seu domínio ficara ligado – isto é, a defesa dos interesses do povo que se batera por ela, pois estes coincidiam com os seus apenas na oposição abstratamente formulada ao absolutismo, enquanto divergiam na rede de condições a que cada parte o vinculava.

Logo após as vitórias em Viena e Berlim, reúne-se em Frankfurt um Pré-Parlamento,⁴⁰ que toma a resolução de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, de toda a Alemanha, por sufrágio universal. Entretanto o ministério Camphausen convoca novamente a velha Dieta Unificada, e o Pré-Parlamento, ao invés de se afirmar como poder central da Alemanha unificada, acata a proposta do ministério de submeter a esta a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a correspondente lei eleitoral.

Camphausen justifica a convocação da Dieta Unificada, um dos alvos contra os quais o povo se insurgira em 18 de março, afirmando que a revolução não eliminara o “terreno do direito” e defendendo “que se passasse à nova Constituição a partir da Constituição existente”.⁴¹ Expõe, assim, o núcleo da concepção que Marx denominou de “teoria ententista”: a proposta e justificativa de conciliação entre velho e novo, ao invés da ruptura e destruição do velho, defraudando e negando a revolução. Revolução cujo débil resultado é expresso por não ter submetido o rei ao povo, mas somente obrigado a Coroa a conciliar com a burguesia; o “*segredo*” daquela teoria consiste em que a Coroa e a burguesia “Servem-se reciprocamente de para-raios da revolução”.⁴²

Como resultado dessa conciliação, a Dieta Unificada, reunida de 2 a 10 de abril, promulgou as leis de 6 e 8 de abril, que estabelecem o sufrágio universal, porém indireto; de acordo com elas, foi eleita a Assembleia Nacional Constituinte de Frankfurt, que se reúne em 15 de maio.

Esta mostra ter “mais medo do menor movimento popular do que todas as conspirações reacionárias de todos os governos alemães juntos”.⁴³ Além do sufrágio indireto, outra derrota sofrida pela revolução foi a eleição, conforme as mesmas leis, de assembleias em vários estados alemães, dificultando a unificação. Entre elas, se destacou a Assembleia Nacional Prussiana (ANP),⁴⁴ reunida em Berlim em 22 de maio.

Convocada para a tarefa de passar “à nova Constituição a partir da Constituição existente” entendendo-se com a coroa, Marx a apelidou de Assembleia Ententista.

Empenhado em estabelecer a aliança entre a burguesia e a coroa, convencido de que para isso só havia “um único obstáculo – o *povo* e a *revolução*”, o ministério Camphausen manteve todos os funcionários administrativos e judiciários e os oficiais militares em seus postos, ao invés de destituí-los; não destruiu os restos das velhas instituições, permitindo que estas se recuperassem do abalo sofrido.⁴⁵ Essa posição conciliadora e reacionária se apoia numa ilusão: a de que o estado feudal e as classes que o sustentam tinham-se posto à disposição da burguesia, uma vez que esta assumira os postos mais elevados da máquina política. Essa ilusão politicista sustentou-se com a cumplicidade das “forças do velho estado” nas “chicanas, frequentemente sangrentas, da guarda cívica contra o proletariado desarmado” e demais formas de repressão. Permitiu assim o fortalecimento da contra-revolução,⁴⁶ que logo “sentese suficientemente forte para se livrar da inoportuna máscara” liberal-burguesa com que se acobertara, máscara cuja feição era o ministério Camphausen.⁴⁷

O partido democrático é também responsável por esse rumo da revolução, já que, embriagado pela vitória alcançada em 18 de março, supôs que bastava declarar seu princípio “para assegurar-se, imediatamente, de sua realização”, e, assim, deixou o partido burguês agir.⁴⁸ Formando a esquerda das Assembleias de Berlim e Frankfurt, mostrará, em diversos momentos, não ter clareza da situação específica da Alemanha e das tarefas que esta exige dele, e boa parte de seus membros conservará, junto com uma concepção idealista e politicista, o temor do movimento popular. Entretanto, o povo, independentemente de seus representantes parlamentares, parecia abrir os olhos. Além de indignados com a negação da revolução pela Assembleia Ententista, a

situação dos trabalhadores e artesãos de Berlim piorara desde março, mas a reação os responsabilizava pela crise econômica, em função de suas exigências salariais “descabidas”.⁴⁹ Em 04 de junho, numa homenagem aos combatentes mortos em março, é desfraldada pela primeira vez em Berlim a bandeira vermelha; em 14 de junho, uma manifestação popular toma de assalto o arsenal, para se armar e defender as conquistas da revolução, mas os insurretos são rapidamente expulsos e desarmados.

Após essa tentativa e a subsequente reação que se abate sobre o povo, o ministério Camphausen entra em crise. Primeiro ministério depois da revolução de março, alçado ao poder pelo povo, sentia o “desconforto dessa posição”. Ministro da conciliação entre a coroa e a burguesia para trair o povo, Camphausen se demitiu – em 20 de junho de 1848 – quando isto pôde ser posto em prática.

Dias depois, têm início em Paris a revolução de junho, com cuja derrota a reação se fortalecerá na Prússia, bem como em toda a Europa. As jornadas de junho desnudaram o antagonismo irreduzível entre a perspectiva do trabalho e a realidade asfíxica da dominação do capital, bem como os limites da esfera da politicidade para a resolução dos problemas sociais. É o que mostra Marx em sua análise.

A despeito de terem sido esmagados com fúria brutal, Marx afirma que os trabalhadores “Foram *batidos*, mas seus opositores foram *vencidos*.” Essa derrota das forças do capital é determinada pela desmistificação da política, pelo “aniquilamento das mistificações e ilusões da revolução de fevereiro”, ilusões de cunho politicista; desanuviam-se as contradições, revelam-se os opositores da classe trabalhadora – os proprietários do capital. Na revolução de fevereiro, os trabalhadores, aliados aos republicanos burgueses, aos democratas pequeno-burgueses e às oposições dinásticas, haviam derrubado a monarquia e proclamado a república. Mas o que eles odiavam em Luís Filipe “não era Luís Filipe,

mas sim a dominação coroada de uma classe, o capital no trono”. A república aparecia aos trabalhadores como a abolição da dominação burguesa; conservavam ainda a ilusão de que uma mudança na forma do estado pudesse transformar as relações sociais, especificamente eliminar delas as classes e a dominação de classe. Por isso a “*revolução de fevereiro* foi a *bela* revolução, a revolução da simpatia geral, porque os antagonismos que eclodiram nela contra a realeza, *não desenvolvidos*, dormitavam [...] porque a luta social que constituía seu fundamento alcançara apenas uma existência etérea, a existência de uma frase, da palavra”.⁵⁰

As ilusões começam a ser desfeitas logo após a vitória. A república recém-emersa aboliu politicamente a propriedade privada e o domínio de uma classe⁵¹ ao eliminar o sufrágio censitário e generalizar o acesso ao estado – e com isso retirou o véu que encobria o fundamento da existência da burguesia e dos trabalhadores, da dominação da primeira e escravidão dos segundos: o modo de produção e intercâmbio. Assim, embora a república tenha inicialmente produzido a ilusão de que “o despotismo burguês” fora vencido pela revolução de fevereiro, logo em seguida fica evidente que esse despotismo de fato “foi consumado”: com a queda da coroa, que o encobria, “o domínio do capital emergiu de modo puro”,⁵² expondo toda a classe burguesa à frente do governo.

Às medidas tomadas pela república burguesa, que visavam fazê-lo retornar às condições anteriores e que proclamavam que ele se batera pela burguesia, o proletariado respondeu com a insurreição de junho. Nela, a “fraternidade das classes antagônicas [...] esta *Fraternité* proclamada em fevereiro” encontrou sua “expressão prosaica”: a “guerra civil em sua figura mais terrível, a guerra do trabalho contra o capital”.⁵³

Por isso, enquanto a revolução de fevereiro fora a “*bela* revolução”, a “*revolução de junho* é a revolução *odiosa*, a revolução repulsiva, porque no lugar da frase entrou o fato, porque a república desnudou a própria cabeça do monstro, ao derrubar-lhe a coroa protetora e dissimuladora”.

O monstro, o efetivo inimigo da classe trabalhadora, traz as feições do capital e sua persona, a burguesia, sejam os proprietários diretamente contrapostos ao trabalho na sociedade civil, sejam seus representantes políticos, intelectuais e jornalísticos. A república facilitou, assim, a eclosão do antagonismo entre proprietários e trabalhadores, seja por evidenciá-lo, seja por garantir maior liberdade de organização e manifestação. Nesse sentido, para o proletariado as formas do estado não são equivalentes. Sob o capital, “A melhor forma de estado é aquela em que os antagonismos sociais não são esbatidos [...] é aquela que os leva à luta aberta, e com ela à resolução”.⁵⁴ Diante da revolução de junho, o grito de batalha do capital foi Ordem! Mas de que ordem se trata? “Nenhuma das inúmeras revoluções da burguesia francesa desde 1789 foi um atentado à ordem, pois deixaram subsistir a dominação de classe, a escravidão do trabalhador, a ordem burguesa, por mais que a forma política dessa dominação e dessa escravidão mudasse. Junho atentou contra essa ordem. Ai de junho!”⁵⁵ Não por acaso, enquanto na revolução de fevereiro perderam-se 370 vidas, a de junho foi afogada em sangue: morreram 1.500 trabalhadores durante as batalhas, e, “característico da ferocidade do ódio que os ricos nutrem pelos pobres [...] uns 3 mil foram trucidados depois da derrota, enquanto outros 12 mil foram aprisionados, a maioria deportada para campos de trabalho na Argélia.”⁵⁶

A revolução de junho foi, pois, uma revolução contra as relações sociais materiais das quais e sobre as quais se ergue, para as manter, o estado. Nesse sentido, foi além das anteriores. Fevereiro levava o velho tipo de revolução (a revolução política) ao seu limite mais largo, à instituição do estado político pleno – a república. A ousadia dos trabalhadores parisienses em junho inaugurou uma revolução de outra qualidade, voltada para outros fins, transformou o sentido do termo

revolução, que passa a significar superação do capital e do estado. À revolução política, sucede a revolução social.

Por isso “a revolução de junho é o centro em torno do qual giram a revolução e a contra-revolução europeias.”⁵⁷ Com a afirmação da revolução social, a batalha entre capital e trabalho torna-se o centro significativo de toda revolução, configurando-se também a unidade internacional da burguesia. O triunfo da burguesia francesa, enquanto triunfo da contra-revolução, levou a todo o continente a defesa da ordem, favorecendo a conciliação entre as burguesias de outras regiões e as classes feudais ainda presentes. Evidenciou-se que toda insurreição, ainda que por objetivos imediatos circunscritos ao mundo do capital, trazia em si a potencialidade de ultrapassar essas fronteiras.

Na Alemanha, ao ministério Camphausen – ministério da “mediação e da transição”, tarefa que cumprira negando a revolução e defendendo a teoria ententista e o terreno do direito – sucede, em 26 de junho, o ministério Hansemann, também constituído por representantes da burguesia. O segredo desse ministério reside em ter sido “o segundo ministério depois da revolução de março”, um ministério saído da Assembleia ententista – e não diretamente da revolução; podia, pois, passar “ao período da subjugação ativa do povo” sob o domínio da burguesia “em compromisso com a Coroa.” Ou seja, “devia transformar a *resistência passiva* contra o povo em ataque ativo ao povo, um *ministério de ação*.”⁵⁸

O programa proposto pelo ministério Hansemann incluía a “liberação da propriedade dos vínculos que paralisam seu *uso vantajoso* em grande parte da monarquia, reorganização do sistema judiciário, reforma da legislação fiscal, em particular a *abolição* das isenções de impostos” e o “fortalecimento do *poder estatal*, necessário à tutela da *liberdade conquistada* contra a reação e contra a anarquia e para o *restabelecimento da confiança perdida*.”⁵⁹

Trata-se, pois, de um programa com duas partes. Vejamos a primeira. O projeto de lei para a abolição das isenções de impostos fundiários,⁶⁰ que favoreceria a transformação da propriedade feudal da terra em propriedade burguesa, rendeu a Hansemann, por parte da direita, o epíteto de comunista; a esquerda, não querendo “proporcionar ao ministério do ‘poder estatal fortalecido’ novos recursos financeiros, antes que a constituição fosse fabricada e jurada”,⁶¹ rechaça o projeto; assim, graças à “*estultice de princípios da esquerda*”, foi perdida a oportunidade de infligir uma derrota importante aos junkers. Quanto à revogação dos encargos feudais,⁶² no mesmo dia da queda do ministério Camphausen (20 de junho), o deputado Patow apresentara uma proposta segundo a qual “a maioria dessas obrigações, e precisamente *as mais pesadas* entre elas”⁶³ só poderiam ser suprimidas mediante indenização paga pelo camponês.⁶⁴ Já sob o ministério Hansemann, em 10 de julho, o ministro da Agricultura, Gierke, envia à Assembleia Ententista um projeto de lei cujo sentido geral é o mesmo.

É preciso lembrar que “O governo nada mais tinha a fazer senão legalizar a *supressão de todas as obrigações feudais já realizada na prática pela vontade do povo.*” Ao invés disso, as duas propostas mencionadas, exprimindo a mistura de reacionarismo, ilusão e covardia burguesas, empurra os camponeses “para trás da situação de fato que haviam conquistado depois de março.”⁶⁵ O projeto de Gierke, embora aparentemente suprima “de uma só penada a Idade Média inteira, e tudo grátis, é claro!”, de fato estabelece que “*nenhuma* obrigação feudal pode ser abolida sem indenização”. De acordo com essa proposta, “os encargos mais pesados, os mais disseminados, os mais essenciais *subsistem*, ou, onde já foram suprimidos de fato pelos camponeses, serão *restabelecidos*”. Desse modo, a revolução que, no campo, “consistia na abolição efetiva de todos os encargos feudais”,⁶⁶ é anulada.

Em sua argumentação, apoiada no princípio da teoria ententista, Gierke justifica a transição para o novo conservando o velho; concretamente, isto significava dar continuidade ao processo iniciado com os anteriores contratos de resgate das obrigações feudais com indenização. Sequer há disposição para revisar os contratos anteriores, nos quais “os camponeses foram terrivelmente prejudicados, em benefício da nobreza, por comissões corruptas”. A recusa decorre de que, por meio deles, “as relações feudais de propriedade são convertidas em relações burguesas”, de sorte que a revisão violaria a propriedade burguesa, que “é naturalmente tão sagrada e inviolável quanto a propriedade feudal é atacável.”⁶⁷

Com tal projeto, “subproduto miserabilíssimo do desejo burguês mais impotente de suprimir os privilégios feudais [...] e do medo burguês de atacar de modo revolucionário qualquer tipo de propriedade”,⁶⁸ realiza-se a conciliação, dando prosseguimento à transformação da propriedade feudal em burguesa por um caminho que resguarda “direitos” dos junkers e espolia o campesinato, cujas condições de vida se agravam; o capitalismo se desenvolve de forma simultaneamente mais lenta e mais danosa para essa classe.

Assim, entre as propostas econômicas, foram derrotadas aquelas que poderiam infligir uma derrota aos junkers e favorecer o desenvolvimento do capitalismo inflectindo a via prussiana. Apenas se efetivaram um aumento de impostos e um empréstimo compulsório, medidas que pareceram ao povo “simples expedientes financeiros para encher os cofres do ‘poder estatal’ fortalecido”; o aumento de imposto indignou tanto os proprietários fundiários feudais quanto os burgueses, e para a classe operária significava somente elevação do custo de vida. Desse modo, além de trair “sem qualquer decoro os camponeses, *sens aliados mais naturais*”, o ministério burguês “foi capaz de exasperar contra

si na mesma medida o proletariado urbano, a democracia burguesa e os feudais.”⁶⁹

Ao contrário da luta contra os interesses feudais, a segunda parte do programa, a “*reação* contra a chamada anarquia, isto é, contra o movimento revolucionário” se efetivou plenamente, tendo por bastidores a derrota da revolução de junho. O ministério Hansemann “afirma-se [...] apenas como ministério de polícia”:⁷⁰ amplia a censura e restringe as liberdades de expressão e manifestação, usa a milícia cívica contra o proletariado, lança mão do estado de sítio, realiza inúmeras prisões de lideranças populares e permite o fortalecimento da velha polícia prussiana, do judiciário, da burocracia, do exército.

Entre tais medidas, destaca-se o projeto de lei sobre a Guarda Civil,⁷¹ cujo núcleo é o desarmamento do proletariado; esse instituto era independente do governo e seus membros eram proprietários de suas armas; o projeto retira dos proletários a propriedade das armas, mas não dos burgueses.⁷² Igualmente contra-revolucionária é a proposta de lei de imprensa,⁷³ que restabelece a censura e impede qualquer controle sobre os atos dos funcionários públicos, pois quem os denunciasse estaria sujeito à prisão.⁷⁴

Nestes e noutros projetos, “é sempre a propriedade que é [...] a fronteira entre o país legal e o país ilegal”; todos fazem concessões à Coroa, por considerá-la aliada, e “o domínio do capital sobre o trabalho se afirma tanto mais rudemente.”⁷⁵

Uma imprensa livre e a posse das armas permitiriam ao proletariado (e demais classes do povo) exercer tanto a “arma da crítica” quanto a “crítica das armas”. A eliminação de ambos reduzia o povo à impotência diante da contra-revolução.⁷⁶

O Ministério de Ação pretendeu, pois, “fundar o domínio da burguesia concluindo ao mesmo tempo um compromisso com a velha polícia e o velho estado feudal.”⁷⁷ Fortaleceu os velhos aparatos estatais

porque, como Camphausen, “acreditava que, estando estes a *soldo*, também estavam a *serviço* da burguesia.”⁷⁸ Desconsiderando que o domínio dessa classe ainda não existia, o que Hansemann pretendia era a quadratura do círculo: “levar a burguesia, ainda em luta contra o absolutismo, o feudalismo, os junkers, o domínio dos soldados e dos burocratas, a já excluir, já subjugar e pôr de lado o povo.”⁷⁹ Como ficará evidente poucos meses depois, buscando a contra-revolução burguesa, possibilita a contra-revolução feudal.

Enquanto o ministério concilia, a ANP, diante da ousadia cada vez maior da contra-revolução, restringiu-se a advertências que não saíram do papel, como demonstra o episódio que levou à renúncia do ministério Hansemann. Em mais um dos inúmeros confrontos que se sucediam desde março entre civis e oficiais reacionários, nos quais se aguçava a truculência da tropa, em 3 de agosto a soldadesca da fortaleza Schweidnitz, na Silésia, atacou de surpresa a Guarda Civil, e 14 cidadãos foram mortos. Diante disso, a Assembleia Ententista aprovou a proposta de uma ordenança em que o ministro da Guerra exigisse que os oficiais evitassem tentativas reacionárias e conflitos com civis, ou então se desligassem do exército. Essa resolução, já bastante tímida, foi emitida em 9 de agosto, e Hansemann se recusou a cumpri-la. Reafirmada em 7 de setembro, Hansemann novamente a recusa,⁸⁰ e, em 11 de setembro, renuncia, ao fracassar sua tentativa de permanecer fazendo a Coroa dissolver a Assembleia Ententista.⁸¹ A coroa mostrou, assim, que não dissolveria a assembleia por um ministério burguês, mas apenas por um ministério velho-prussiano. A demissão de Hansemann mostra que ele “foi simplesmente enganado, como representou sobretudo a burguesia enganada”, ao supor que a feudalidade se subordinara a ela; ao contrário, e graças a essa ilusão, “o velho ‘poder estatal’ foi suficientemente ‘fortalecido’ para poder ousar este golpe.”⁸²

Simultaneamente, também a Assembleia de Frankfurt está em crise, diante da posição a ser tomada na questão do Schleswig-Holstein.⁸³ Num primeiro momento, essa assembleia se opõe ao governo ao recusar o armistício com a Dinamarca. Entretanto, em 16 de setembro, portanto poucos dias depois da renúncia de Hansemann, volta atrás e ratifica o armistício. Tanto em Frankfurt quanto em Colônia há manifestações de protesto e resoluções declarando traidores os deputados que votaram pelo armistício. Mas não se vai além disso.

Assim, a dupla crise se resolverá em sentido reacionário. Em 21 de setembro, é nomeado o ministério Pfuel, e em 25 de setembro, é declarado o estado de sítio,⁸⁴ a pretexto do que a reação chamou de “revolução de Colônia”,⁸⁵ agitando o espectro da insurreição de junho, vale dizer, da luta do trabalho contra o capital; o que dá a medida da mesquinhez da burguesia alemã, pois estava em jogo o reordenamento das relações de produção e intercâmbio que favoreceria o capital, e não sua abolição.

Outro passo na direção da derrota foi o esmagamento de Viena, em outubro. A aliança entre a burguesia e o povo, mantida durante o primeiro semestre, começa a se desfazer conforme as massas se radicalizam. Em 23 de agosto ocorrem choques sangrentos entre unidades burguesas da guarda nacional e operários que protestam contra a redução de salários, mas a frente revolucionária ainda pôde ser mantida. Em outubro, os democratas (operários e estudantes) se insurgem contra a tentativa de envio de tropas austríacas para sufocar o movimento nacional húngaro, que também se radicalizava; parte das tropas se une aos sublevados, que ocupam o ministério da Guerra, fuzilam o ministro e se apoderam de 30.000 fuzis. O restante das tropas, o imperador, a corte e a maioria dos deputados da Assembleia Constituinte fogem de Viena para Olmütz, sob proteção do marechal Windischgrätz, ao qual ordenam sitiar Viena. O poder passa a um

Comitê Revolucionário dirigido pelos democratas radicais, mas Viena fica isolada.⁸⁶

Num quadro dessa gravidade, a esquerda da Assembleia de Frankfurt se limita a expressar solidariedade moral. Os democratas de Berlim,⁸⁷ por seu lado, só em 29 de outubro organizam uma manifestação, para a qual, no entanto, exortam o povo a apelar “ao sentimento de dever do ‘*governo alemão*’” para defender a revolução de Viena, exibindo uma “inacreditável” posição “infantil e conservadora.” Não atinam para seu próprio papel nem para o sentido real do governo alemão; continuam acreditando, como em março, que basta declarar princípios para os realizar, pior, que basta exortar o governo para que este os cumpra. Ao invés de “revelar francamente sua (do governo) conspiração com Olmütz e Petersburgo”, limita-se a uma “fraseologia humanista”, mantendo-se incapaz de compreender que o único modo de o povo alemão ajudar Viena é “a derrota da contra-revolução em sua própria casa.”⁸⁸ A multidão que, com bandeiras vermelhas, marchou para a Assembleia Nacional reclamando do governo ajuda militar e financeira a Viena foi rechaçada pela maioria dos deputados.⁸⁹

A reação impetuosa que sobreviera à vitória da burguesia francesa em junho, e que já antes resultara na queda de Milão, e em seguida de toda a Itália, permitiu “a ressurreição do centro de gravidade da contra-revolução europeia, a ressurreição da Áustria”, cujo partido reacionário, com Windschgrätz à frente, e aliado aos eslavos de Jellachich, triunfaram em Viena, em 1 de novembro, com um exército austríaco-croata de 70.000 homens:⁹⁰ “*A liberdade e a ordem croatas venceram* e celebraram sua vitória com incêndios, violações, pilhagens, com atrocidades de uma infâmia inominável.”⁹¹ A mesma reação redundou também na opressão das nacionalidades com cuja emancipação seriam eliminadas as relações sociais pré-modernas, os obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas e à instauração das liberdades políticas; foi, pois, a vitória das

vias mais opressivas econômica e politicamente, “a vitória do oriente sobre o ocidente, a derrota da civilização pela barbárie.”⁹²

Logo após a capitulação de Viena, Frederico Guilherme IV dissolve o ministério Pful e em 08 de novembro empossa em seu lugar o ministério Brandenburg, um ministério da velha Prússia. A conciliação é assim rompida pelo partido feudal, que se recusa a se submeter à burguesia, e pela coroa, que vê “seu chão social verdadeiro e natural” na sociedade feudal, não na burguesa. Ambos aceitam o esmagamento do povo, mas não a eliminação das bases de sua própria dominação. As formas da monarquia são formas políticas de sociedades específicas, de modo que a burguesia não poderia assumir o poder político sob a forma monárquico-constitucional sem entrar em choque com o partido feudal. Entretanto, teve a pretensão de transformar “a *monarquia feudal* em uma *monarquia burguesa* pelo caminho *amistoso*”. À “meia revolução” da burguesia, a monarquia respondeu com uma “completa contra-revolução”, cuja expressão foi o ministério Brandenburg-Manteuffel.⁹³

Com ele, a burguesia perde o poder executivo, e, já no dia seguinte, o legislativo: pretextos relativos à suposta falta de liberdade de reunião devido às pressões populares justificarão a suspensão das sessões da Assembleia ententista, em 9 de novembro, e sua transferência para a cidadezinha provinciana de Brandenburg, distante do foco revolucionário. Esse golpe de estado se consumará com a dissolução da Assembleia e a outorga de uma constituição em 5 de dezembro de 1848. Assim, graças a sua própria posição reacionária, a burguesia perde os espaços políticos que havia conquistado.

A ala direita da Assembleia acatou a ordem de suspensão e transferência, sustentando ainda a aliança com a coroa e esperando com isso garantir sua sobrevivência. A ala esquerda se reúne nos dias seguintes; declara inconstitucional a dissolução da Guarda Civil, desautoriza a proclamação do estado de sítio e finalmente resolve,

momentos antes de ser dispersada pela força das armas, votar uma conclamação ao povo da Prússia para não pagar impostos.⁹⁴ Somente 180 deputados assinam esse documento,⁹⁵ adotado em 15 e publicado em 17 de novembro, e não tomam as medidas práticas necessárias para sustentar sua decisão.

Na Renânia e na Silésia, o proletariado defende a recusa dos impostos, e chega a haver alguma preparação para a luta armada; mas o campesinato e a pequena burguesia não apoiam o boicote, que não se efetiva.

Por seu lado, a Assembleia de Frankfurt, continua a temer a intervenção das massas,⁹⁶ e até o boicote aos impostos lhe parece excessivamente radical; em 20 de novembro, resolve declarar “nula e sem efeito, por ilegal, a resolução da Assembleia de Berlim relativa à negação dos impostos”,⁹⁷ com o que, pretendendo finalmente afirmar-se como poder central soberano em relação à Assembleia de Berlim, nega sua soberania subordinando-se ao ministério Brandenburg.

Tendo transformado assalariados, pequeno-burgueses e camponeses em inimigos, com sua posição ententista, não é de estranhar que, em 5 de dezembro, quando a Assembleia Nacional Prussiana foi “ignominiosamente dispersada, escarnecida, ridicularizada, humilhada, perseguida”, o povo tenha ficado indiferente. Para ele, “A *derrota* da Assembleia foi a *derrota da burguesia prussiana, dos constitucionistas*, portanto uma *vitória do partido democrático*.”⁹⁸

A constituição outorgada atribuiu à coroa novos privilégios (dissolver as futuras Câmaras legislativas, decretar leis, substituir a constituição por outra, ou simplesmente abandoná-la) e garantiu os interesses da burocracia, da nobreza e dos latifundiários.⁹⁹ Já os interesses da burguesia industrial são contraditados por ordenamentos que obstaculizam a expansão e acumulação de capital: o “sistema de tutela burocrática”; a “utilização dos impostos para manter o poder

estatal como um poder opressor, autônomo e sagrado diante da indústria, do comércio e da agricultura, em vez de *rebaixá-lo a ferramenta profana da sociedade civil*"; o código industrial, que "procura *regredir para a corporação* sob o pretexto de *avançar para a associação*", contraposto ao desenvolvimento da divisão do trabalho, à introdução de novas máquinas e à concorrência, defendendo os artesãos e o pequeno capital, ou seja, uma "organização industrial contraposta aos modernos meios de produção e que a indústria moderna desmanchou no ar."¹⁰⁰

Esse momento marca o fim do processo revolucionário e sua derrota. Atualiza-se a miséria alemã, cujas características se evidenciam no contraste entre a revolução de 1848 e as revoluções clássicas, ou europeias: "Não se deve confundir a *revolução prussiana* de março nem com a revolução *inglesa* de 1648, nem com a revolução *francesa* de 1789",¹⁰¹ embora as três tenham em comum seu caráter burguês.

O exame das posições das classes traz à tona as diferenças: "Nas duas revoluções, a burguesia era a classe que *efetivamente* estava na ponta do movimento", cujos interesses eram os mais avançados, em contraste tanto com seus inimigos (classes assentadas em condições de existências mais retrógradas) como com seus aliados – camponeses, pequenos burgueses e assalariados, que ainda não tinham interesses próprios independentes; por isso, onde "se opuseram à burguesia, como por exemplo de 1793 a 1794 na França, não lutaram a não ser pela imposição dos interesses da burguesia, embora não *ao modo* da burguesia". Gestadas nestas condições, as revoluções de 1648 e 1789 transcenderam os lugares em que ocorreram, "foram revoluções de tipo *européu*", não tanto por sua localização geográfica quanto por seu alcance histórico-universal, já que "exprimiram ainda mais as necessidades do mundo de então, do que das partes do mundo onde tinham ocorrido, Inglaterra e França."¹⁰² Essas necessidades mundiais ligavam-se ao historicamente novo: "Não foram o triunfo de uma *determinada* classe da sociedade sobre a *velha ordem política*;

foram a *proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia*. Nelas triunfou a burguesia; *mas o triunfo da burguesia* foi então *o triunfo de uma nova ordem social*”, a ordem do capital. Não significou o triunfo de uma classe sobre a velha ordem política, mas “a proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia”. Assim, embora as revoluções de 1648 e 1789 tenham visado de imediato a política, a transformação nessa esfera resultou da e expressou a ocorrida na ordem social. Foram revoluções políticas, possíveis porque a ordem social a que correspondiam era o novo.

Em contraste, “Não houve nada disso na revolução *prussiana* de março”. Toda a situação tornara-se outra: a ordem social burguesa não mais era *nova*, não mais configurava o maior avanço possível: a revolução de fevereiro em Paris proclamara essa obsolescência ao *suprimir* “a dominação da burguesia na ideia”. Apesar da supressão apenas ideal, o proletariado já se contava entre os inimigos daquela classe. Num quadro em que a necessidade histórico-universal é suprimir o domínio burguês, a “ambição do 1848 berlinense consistia em formar um anacronismo”, pois pretendia “*criar* a monarquia constitucional na ideia e a dominação da burguesia na efetividade”, configurando-se como o “retardado eco débil de uma revolução europeia num país atrasado”. Em termos contundentes: “Não se tratava da instauração de uma nova sociedade, mas do renascimento berlinense da sociedade morta em Paris”. Por isso, “Sua luz era a de um cadáver social há muito decomposto.”¹⁰³

Exatamente porque o sujeito (a burguesia) e a meta (a ordem burguesa) são os mesmos, enquanto as condições históricas gerais se alteraram profundamente, o sentido da revolução de março de 1848 difere do das revoluções inglesa e francesa. Anacrônica, ainda que houvesse alcançado a vitória, não daria lugar a uma sociedade nova, apenas novo fôlego a uma sociedade envelhecida. Esse anacronismo é uma das razões de sua derrota; a burguesia já não era mais “a classe que,

frente aos representantes da antiga sociedade, da monarquia e da nobreza, encarnava *toda* a sociedade moderna”, pois seus aliados haviam mudado. Graças ao desenvolvimento do capitalismo e à inter-relação entre os vários lugares de sua objetivação, quando finalmente se dispôs a fazer valer seus interesses a burguesia prussiana tornou-se “uma espécie de *casta*”, representava apenas “interesses renovados no interior de uma sociedade envelhecida.”¹⁰⁴

Também a contra-revolução distingue-se da via clássica. Na França, a burguesia se torna contra-revolucionária (com a repressão às jornadas de junho) só “depois de ter derrubado todos os obstáculos que havia no caminho da dominação de sua própria classe”, enquanto na Alemanha, “rebaixada a caudatária da monarquia absoluta e do feudalismo”, “fez a contra-revolução de seus próprios déspotas” sem ter “ao menos garantido as condições vitais básicas de sua própria liberdade civil e dominação”. Na França, a burguesia “venceu para humilhar o povo”, enquanto a burguesia alemã expõe sua miséria humilhando-se “para que o povo não vencesse.”¹⁰⁵ A particularidade alemã é iluminada pelo contraste entre a revolução de março e as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, de um lado, e entre as contra-revoluções francesa e alemã de 1848. A revolução de março não é comparada com a revolução francesa de 1848, nem sequer com a de fevereiro, pois mesmo esta já foi uma revolução com alma social, uma revolução dos trabalhadores. Contra-revolucionária sem ter sido revolucionária, submetendo-se a seus déspotas para que o povo não vença, a burguesia alemã reafirma sua miséria ao assumir tais posições. Pois em 1848, além da via conciliatória, também o caminho revolucionário estava aberto, embora não já aos moldes clássicos: “A história da burguesia prussiana, como em geral da burguesia alemã de março a dezembro, demonstra que na Alemanha uma *revolução* puramente *burguesa* e a fundação do *domínio burguês*, sob a forma da *monarquia constitucional*, são impossíveis; que

apenas são possíveis a contra-revolução feudal absolutista ou a *revolução social-republicana*.¹⁰⁶

Fica, pois, claro que a revolução política – a revolução do capital, tendo a burguesia por sujeito histórico –, além de restrita, nem sempre é efetivamente possível. A alternativa de uma revolução não puramente burguesa – uma revolução social-republicana – exigiria os trabalhadores como seu sujeito, ainda que não se tratasse de suprimir de imediato a ordem burguesa. É nesse quadro que a defesa da unidade nacional não se confunde com qualquer tipo de nacionalismo. A unificação interessava ao povo por trazer consigo um mais rápido e menos opressivo desenvolvimento das forças produtivas e formas políticas menos ditatoriais, facultando o desenvolvimento e a organização do proletariado com vista à supressão do capital. Recusando-se à aliança com um povo no qual já se destaca o proletariado, a burguesia apoia uma contra-revolução cujo resultado é a perda do exercício direto do poder. Frise-se, não é seu domínio que se impossibilita, mas sim uma forma específica dele. A vitória da contra-revolução feudal não significou o desaparecimento das relações capitalistas, mas estas foram mais uma vez obstaculizadas, e a burguesia perdeu a possibilidade de assumir diretamente o controle do estado.

A derrota da revolução de 1848 atingirá fortemente os camponeses e os assalariados, sob várias formas.

Em março de 1849, o ministério Brandenburg elabora projetos de lei que cerceiam drasticamente os direitos de associação, manifestação e expressão, proibindo os cartazes, subordinando clubes, assembleias e passeatas à autoridade policial e impedindo a imprensa de atacar as relações sociais vigentes e seus representantes políticos.¹⁰⁷

Além desses cerceamentos e das prisões, a repressão desencadeada contra os trabalhadores atingiu o controle policalesco do exercício do trabalho, como evidencia a *Carta do Trabalhador*.¹⁰⁸ Em sua análise, Marx

mostra que esta nada deixa a desejar em relação às *workhouses*¹⁰⁹ inglesas, nas quais se “aliam de maneira verdadeiramente refinada a caridade à vingança.”¹¹⁰

Contraposta à burguesia britânica, politicamente arrogante, submetendo o mundo todo à “energia comercial”, a burguesia prussiana prostra-se em “humildade e melancolia cristãs [...] diante do trono, do altar, do exército, da burocracia e do feudalismo” e humilha o “espírito de invenção na indústria com o apego virtuoso e moralista ao ramerrão tradicional e semi-gremial.” Entretanto, embora à burguesia prussiana falte “coragem, inteligência e energia, embora só exista “sob forma *provincial, municipal, local, privada*”, ela “enfrentou a classe trabalhadora ainda mais insolentemente do que a burguesia inglesa.”¹¹¹ O conjunto das condições elencadas na *Carta do Trabalhador* tem por base seu § 1: “Todo trabalhador deve *obedecer pontualmente* às ordens e determinações de *todos os inspetores municipais*, que ao mesmo tempo prestaram juramento como *policiais*. *Desobediência e resistência acarretarão demissão imediata*”. Demitido por esse motivo, ou por queixa considerada improcedente, o trabalhador é posto sob vigilância policial; desse modo, “a última aparência de sua liberdade civil é perdida, pois, segundo o § 8, ‘a *autoridade policial*’ será ‘sempre informada da demissão por punição do trabalhador e suas causas’”. Ou seja, o trabalhador “será *denunciado à polícia* porque violou o respeito devido” a seu empregador; “a rescisão de um *contrato civil*” – o de compra e venda da força de trabalho – envolve a polícia, que deve, a serviço da burguesia prussiana, “preparar o atestado de bons antecedentes” do trabalhador. A *Carta* prevê várias outras restrições e motivos para demitir e/ou processar o trabalhador, e estabelece a jornada de trabalho “das seis e meia da manhã até as doze horas e da uma hora da tarde até à noite ao escurecer” (§ 10). Em resumo: obediência passiva por parte do trabalhador, “arbítrio patriarcal”, sustentado policialescamente, por parte da burguesia,

burguesia que “se arrasta no pó diante de Berlim”, isto é, diante da contra-revolução. Marx observa que “Por essa lei modelar podemos ver que *Carta nossa burguesia outorgaria ao povo*, se estivesse ao leme”.¹¹²

Na Alemanha o processo termina com essa derrota do povo que é também derrota da burguesia, uma vez que se mantiveram a combinação de formas capitalistas e pré-capitalistas de exploração do trabalho, também a fragmentação e uma forma de estado autocrático que exclui o exercício direto do poder por aquela classe. Na França, a derrota do proletariado nas jornadas de junho foi a vitória da burguesia, mas fundamentalmente de suas frações mais conservadoras. Como Marx mostrou, já em *As Lutas de Classes na França*, e particularmente em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, a república burguesa, instaurada sobre as sepulturas dos insurretos de junho, se mostrará problemática para a burguesia na mesma medida e pela mesma razão que a torna a melhor forma de estado, sob o capital, para o proletariado: por criar condições mais adequadas a levar às últimas consequências os antagonismos entre ambas as classes. Pouco tempo depois, a burguesia francesa abrirá mão dessa sua forma de exercício direto do poder, em favor de uma nova forma da ditadura burguesa: o estado bonapartista.

Duas décadas mais tarde, será também sob a forma política do bonapartismo que finalmente se completará o processo de unificação nacional da Alemanha, sob o domínio da Prússia, dando continuidade a uma via de objetivação do capitalismo cujos desdobramentos mais graves, já século XX, incluem o nazismo.

Notas

* Professora doutora do Centro Universitário Fundação Santo André. E-mail: liviacotrim@uol.com.br.

¹ Houve insurreições na França, Viena, Berlim e outras regiões da Confederação Germânica, Hungria, Roma, Veneza, Milão e outras regiões da Itália, Polônia etc. Tais movimentos eram prenunciados desde 1846. À evolução política da França e da Alemanha, somaram-se naquele ano uma insurreição polonesa (derrotada) em fevereiro/março; em 1847, a vitória dos cantões democráticos sobre os clericais na guerra civil suíça de outubro/novembro, e a dos liberais nas eleições belgas, além de a agitação que vai ganhando os estados italianos contra o jugo austríaco e seus cúmplices locais. Nestes acontecimentos, aparece um dos componentes das revoluções de 1848: os movimentos de libertação nacional. Italianos e alemães lutam por um estado nacional unificado, ao que se opõem principais potências da Europa: Inglaterra, França, Rússia e Áustria. Na Inglaterra, embora não tenha havido insurreição, renovam-se as manifestações do movimento cartista em Londres e Glasgow. Todo o sistema da Santa Aliança, instaurado em 1815, é ameaçado. Para além dessa região, o movimento repercutiu na Rússia e mesmo no Brasil e outros países latino-americanos.

² É certo que esta já fora afirmada teoricamente por Marx e Engels desde 1844, e em particular no Manifesto Comunista; também é certo que desde 1830 ocorriam movimentos de trabalhadores, mas tratava-se de lutas travadas no interior dos limites postos pela relação existente entre trabalho e capital; por mais fundamentais que tenham sido para a eclosão da posição própria do proletariado, é preciso distinguir entre potencialidade latente e atualização efetiva; é a esta última que assistimos no 1848 parisiense.

³ MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo. Educ, 2010, nº 141, p. 267. Daqui em diante, esta edição será citada no corpo do texto como NGR, seguida do número do artigo e da página.

⁴ No mesmo sentido, Marx reconhece as revoluções inglesa de 1648 e francesa de 1789 como de tipo europeu por expressarem as necessidades do mundo de então, não só as dos seus países de origem.

⁵ Jornal fundado por Marx, Engels e outros membros da Liga dos Comunistas como principal arma de intervenção na revolução de 1849. Foi publicada de 01 de junho de 1848 a 19 de maio de 1949, data em que foi proibida pelo governo prussiano. A análise dos artigos de Marx produzidos para a Nova Gazeta Renana foi desenvolvida em *Marx: Política e Emancipação Humana (1848-1871)*,

tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da PUC-SP em 2007. Este artigo apresenta parte dos resultados desse trabalho.

⁶ MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In: *Temas de Ciências Humanas*. Nº 2. São Paulo. Grijalbo, 1977, p. 4.

⁷ LUKÁCS, Georg. *El Asalto a la Razón*. Madri. Grijalbo, 1972, pp. 31-32.

⁸ *Ibidem*, p. 32.

⁹ LUKÁCS, G. *Op. cit.*, p. 32.

¹⁰ LUKÁCS, G. *Op. cit.*, p. 33.

¹¹ Hegel e Goethe são exemplos paradigmáticos, mas não os únicos.

¹² Com a vitória de Napoleão sobre a Áustria, em 1806, é dissolvido o Sacro Império Romano-Germânico e formada a Confederação do Reno.

¹³ Abolição das obrigações feudais que pesavam sobre o campesinato, estabelecimento de relações jurídicas mais modernas, com a substituição do Landrecht pelo Código Napoleônico, igualdade entre as cidades e o campo, e o princípio da igualdade civil de todos os cidadãos perante a lei. Ver DROZ, J. *Europa: Restauracion y Revolucion. 1815-1848*. Madri. Siglo XXI, 1993, p. 162.

¹⁴ A Confederação Germânica, que substituiu a dissolvida Confederação do Reno, e permaneceu até 1866, incluiu o Império Austríaco, Reino da Prússia, reinos de Hannover, Saxônia, Baviera e Wurtemberg, 29 ducados e principados, 4 cidades livres (Lübeck, Frankfurt, Bremen e Hamburgo).

¹⁵ ENGELS, Friedrich. Revolução e Contra-revolução na Alemanha. In: *A Revolução Antes da Revolução*. São Paulo. Expressão Popular, 2008, p. 169.

¹⁶ MARX, K. *Op. cit.*, 1977, p. 9.

¹⁷ ENGELS, F. *Op. cit.*, p. 170.

¹⁸ Reunindo Hannover, Braunschweig, Oldenburg, Scharmburg, Lippe.

¹⁹ ENGELS, F. *Op. cit.*, p. 176.

²⁰ A respeito dessas condições para a formação de uma classe social, ver Marx, K., Engels, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo. Boitempo, 2007.

²¹ ENGELS, F. *Op. cit.*, p. 177.

²² NGR, nº 165, pp. 320-321

²³ A Dieta Unificada, instituição de organização estamental, reunia as oito Dietas Provinciais. Estas, estabelecidas na Prússia em 1823, reuniam representantes da nobreza, das cidades e dos conselhos. As eleições eram censitárias, excluindo as classes que formavam o povo, Tanto as Dietas Provinciais quanto Dieta Unificada eram convocadas pelo rei, e obedeciam a normas de funcionamento e atribuições diretamente vinculadas ao absolutismo. Alguns dos membros da

oposição liberal na Dieta Unificada, como Ludolf von Camphausen e David Hansemann, haviam feito parte da *Gazeta Renana*, de que Marx fora redator-chefe, entre 1842-43. Hansemann defendia desde a década de 1830 a hegemonia prussiana na Alemanha, desde que a Prússia se tornasse um estado constitucional, e o estado militar fosse substituído por um estado industrial. É preciso ter claro que os constitucionalistas não eram absolutamente democratas. Ver, a esse respeito, DROZ, J. *Europa: Restauracion y Revolucion. 1815-1848*. Madri.: Siglo XXI, 1993, pp. 162-164.

²⁴ Em congresso realizado em Offenburg, em setembro de 1847, os democratas reivindicaram “uma representação nacional comum a todos os países germânicos, eleita segundo um procedimento democrático”, indo, assim, muito além dos liberais, que haviam se limitado a reivindicar um parlamento aduaneiro. Cf. DROZ, J. *Op. cit.*, 1993, p. 171.

²⁵ NGR, nº 169, p. 324.

²⁶ MARX, K. *Op. cit.*, 1977, p. 12.

²⁷ Desde finais de 1843, Marx inicia a ruptura com suas concepções anteriores e a elaboração de sua posição própria, por meio de críticas de cunho ontológico às expressões mais altas da filosófica, da ciência e da prática existentes: a filosofia especulativa, a economia clássica e a política. Como resultado desta última, assumiu a posição que J. Chasin designou como determinação ontonegativa da politicidade, percorrendo um trajeto que, da ruptura com a noção de estado como instituição racional e determinante da sociedade civil, passando pela crítica da razão política e pela contraposição entre a revolução burguesa e emancipação política, de um lado, e a revolução social e emancipação humana, de outro, chega à afirmação da “participação política como *médium* de uma *virtual efetivação social, que é posta para além dos marcos da política e do estado político*” (CHASIN, J. Marx no Tempo da *Nova Gazeta Renana*. Prefácio a MARX, Karl. In: *A Burguesia e a Contra-Revolução*. São Paulo. Ensaio, 1989, p. 17), uma vez que o estado e todas as relações políticas não são intrínsecas ou necessárias à existência humana do homem, e exprimem as debilidades e defeitos da sociabilidade, a subordinação dos homens seja à natureza, seja especialmente às relações sociais por eles mesmos produzidas. Ver, a esse respeito, CHASIN, J. A Determinação Ontonegativa da Politicidade. In: *Ensaio Ad Hominem 1*, Tomo III. Santo André: Ad Hominem, 2001; e, do mesmo autor, *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo. Boitempo, 2010.

²⁸ ENGELS, F. *Op. cit.*, p. 172. De acordo com J. Droz, os operários fabris constituíam aproximadamente 4% da população alemã; segundo os dados de 1846, e considerando as fábricas com mais de 100 trabalhadores, havia na Prússia 551.000 operários fabris, em 78.000 empresas; 457.000 mestres-artesãos e 385.000 oficiais-artesãos. Na Saxônia, 258.000 operários fabris, e na Baviera, 177.000. A maioria das fábricas consideradas empregava pouco mais de 100 a 200 trabalhadores; era exceção a fábrica Borsing, de Berlim, com 1.200 operários. J. Droz. *Les révolutions allemands de 1848*. PUF, 1957, pp. 83-84, *apud* CLAUDIN, F. *Op. cit.*

²⁹ ENGELS, F. *Op. cit.*, pp. 172-174.

³⁰ MARX, K. *Op. cit.*, 1977, p. 4-5.

³¹ A insurreição dos tecelões da Silésia, que eram trabalhadores a domicílio, teve sua origem ligada às imposições feudais que pesavam sobre o campesinato. Ver sobre isso DROZ, J. *Histoire Générale du Socialisme*. Tome I: Des origines à 1875. Paris: PUF, 1972, pp. 427-428. Sobre ela H. Heine escreveu o conhecido poema *Os Tecelões Silesianos*. Marx desenvolve alguns elementos centrais da determinação ontonegativa da politicidade, particularmente acerca do estado e das relações entre este e a miséria social, de um lado, e entre movimentos operários e estado, de outro, debatendo com A. Ruge a respeito da insurreição da Silésia, em *Glosas Críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social"*, por um prussiano. Publicado originalmente em agosto de 1844 no jornal *Vorwärts!*

³² Para a análise das contradições que desembocaram na revolução francesa de 1848 e seus desdobramentos, ver MARX, K. *As Lutas de Classes na França*. São Paulo. Edições Sociais, 1977; _____ *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo. Boitempo, 2011.

³³ MARX, K. *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo. Edições Sociais, 1977b, p. 116.

³⁴ *Ibidem*, p. 117.

³⁵ NGR, nº 202, p. 391.

³⁶ Em que pesem as diferenças entre a via colonial e a prussiana, são elucidativas a esse respeito as observações de J. Chasin sobre a esquerda brasileira, que também nasce em face de um inacabamento. Ver CHASIN, J. *A Esquerda e a Nova República*. In: *A Miséria Brasileira. 1964-1984: Do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André. Ad Hominem, 2000, pp. 151-164.

³⁷ ENGELS, F. *Op. cit.*, p. 209.

³⁸ O rei prometeu uma constituição, estabeleceu a liberdade de imprensa, mas com caução, e declarou-se favorável à unificação da Alemanha por sua absorção pela Prússia.

³⁹ HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982, p. 35.

⁴⁰ O Pré-Parlamento reuniu-se em Frankfurt de 31 de março a 4 de abril, composto por representantes dos estados alemães que eram membros das assembleias estamentais ou delegados de uma associação ou assembleia popular, que eram, em sua maioria, monarquistas constitucionais. Embora tenha sido convocado em contraposição à Dieta Federal (*Bundestag*), recusou-se a liquidá-la e se declarar permanente. Em vez disso, em abril de 1848 elegeu entre seus membros uma Comissão dos Cinquenta, que procurou se entender com ela, funcionando até a reunião da Assembleia Nacional. Conforme Droz, citado por Claudin, o partido democrático, republicano que formava a extrema-esquerda do Pré-Parlamento, propõe um programa que inclui, entre outras, as seguintes reivindicações: eleição dos funcionários, supressão dos exércitos permanentes, imposto progressivo, supressão das rendas feudais, abolição dos privilégios, criação de um ministério do trabalho, separação entre a igreja e o Estado, habeas corpus, supressão da censura, instituição do jurado, república federal segundo o modelo dos Estados Unidos (Ver CLAUDIN, F. *Op. cit.*). Já a Liga dos Comunistas, em fins de março, divulga as Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha, que, comparado com o programa da extrema-esquerda do Pré-Parlamento, “abarcam as reivindicações mais radicais que era possível conceber naquela Alemanha do ponto de vista do desenvolvimento burguês, e ao mesmo tempo ultrapassam esse marco: implicavam o começo da revolução proletária” (CLAUDIN, F. *Op. cit.*, p. 84). Para a íntegra das Reivindicações, NGR, p. 589.

⁴¹ NGR, nº 3, p. 86.

⁴² NGR, nº 110, p. 326.

⁴³ ENGELS, F. *Op. cit.*, p. 219. Como mostra Droz, o tom das deliberações da Assembleia de Frankfurt é dado pelo “liberalismo de professores”, cujo principal expoente é Friedrich Dahlmann, e que, “discípulo nisto dos românticos”, entende o estado como uma “personalidade moral, dotada de vida própria, e independente dos indivíduos que dela dependem”. Os adeptos de tal concepção não pretende romper com o passado, proclamando-se partidários da “evolução orgânica” (DROZ, J. *Op. cit.*, pp. 164-165).

⁴⁴ A composição das assembleias de Frankfurt e Berlim mostra que a segunda tinha, em geral, caráter mais popular que a primeira.

⁴⁵ NGR, nº 107, p. 213.

⁴⁶ Evidência disso são o retorno do príncipe da Prússia (que havia fugido para Londres), o deslocamento de tropas para a Renânia e a substituição da Guarda Civil pelo exército na proteção ao arsenal.

⁴⁷ NGR, nº 170, p. 327.

⁴⁸ NGR, nº 2, p. 82.

⁴⁹ CLAUDIN, Fernando. *Marx, Engels y La Revolución de 1848*. Madri. Siglo XXI, 1975, p. 109.

⁵⁰ NGR, nº 29, pp. 126-127.

⁵¹ Como Marx explica, “O limite da emancipação política aparece imediatamente no fato de que *o estado* pode se libertar de um constrangimento sem que o homem se liberte *realmente* dele; de o estado conseguir ser um estado *livre* sem que o homem seja um *homem livre*”. Assim, abolindo o sufrágio censitário, a propriedade privada deixa de existir no plano político, já que não é obstáculo para o exercício ativo ou passivo daquele direito. Do mesmo modo, abolido tal obstáculo, a política deixa de ser exclusividade de uma única classe. Entretanto, “longe de abolir essas diferenças *efetivas*, o estado descansa sobre essas premissas, só se apreende como *estado político* e só faz valer sua *universalidade* em oposição a tais elementos.” (MARX, K. Sobre La Cuestión Judía. In: *Escritos de Juventud*. México. Fondo de Cultura Económica, 1987, pp. 468-469).

⁵² NGR, nº 133, pp. 254-255.

⁵³ NGR, nº 29, p. 127.

⁵⁴ E não, como é comum em outras posições teórico-políticas, por permitir que as posições antagônicas cheguem a um consenso, ou seja, não por mitigar os antagonismos. NGR, nº 29, pp. 126-129.

⁵⁵ NGR, nº 29, p. 128.

⁵⁶ Hobsbawm, E. *Op. cit.*, p. 37. O mesmo autor informa que Paris contava, à época, com uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes, um terço dos quais operários e pequenos artesãos. Quebrando o “fascínio da invencibilidade da insurreição armada”, enfrentaram-se, de um lado, “40.000 indisciplinados trabalhadores armados, sem canhões e obuses e sem abastecimento de munição”, e de outro “um exército organizado de 120.000 velhos soldados e 150.000 guardas nacionais, apoiados pela melhor e mais

numerosa artilharia e abundantemente providos de munição.” (NGR, nº 156, p. 309.)

⁵⁷ O caráter europeu ou internacional das revoluções de 1848, determinado pela revolução social inaugurada nas jornadas de junho, envolve também outra questão central, já apontada em *A Ideologia Alemã* e reiterada nas páginas da NGR: a abolição do capital só se poderia efetivar no plano mundial, e valendo-se de forças produtivas amplamente desenvolvidas; assim, a revolução social deve atingir o país economicamente dominante – naquele momento, a Inglaterra –, sob pena de sucumbir inevitavelmente. Essa posição é confirmada, com maior riqueza de mediações: a vitória da insurreição no país em que a luta de classes é mais aguda (naquele momento, a França) pode estimular sua irrupção naquele que detenha as melhores condições para viabilizar a superação do capital; se isso não ocorrer, nos termos incisivos de Marx, não há qualquer possibilidade de que a revolução “saia da utopia”. Ver, a respeito, particularmente, os números 156 e 184 da *Nova Gazeta Renana*.

⁵⁸ NGR, nº 170, p. 330.

⁵⁹ Hansemann, *apud* MARX, K. A Burguesia e a Contrarrevolução (nº 183). *In: Op. cit.*, 2010, p. 332.

⁶⁰ Uma proposta de supressão das isenções do imposto das classes, referentes à nobreza, aos oficiais, aos professores e ao clero, foi submetida por Hansemann à Assembleia Nacional Prussiana a 12 de julho de 1848. O mesmo, no que tange à taxa fundiária, foi proposto a 21 do mesmo mês.

⁶¹ NGR, nº 183, p. 337.

⁶² “Que trapalhada de tributos, prestações, encargos, que confusão de nomes medievais, um mais absurdo que o outro! Vassalagem, falecimento, mão-morta, mortalha, dízimo do gado, pagamento por proteção, renda de Walpurgis, tributo da abelha, renda da cera, direito do prado, dízimos, laudêmio, rendas adicionais, tudo isso ainda existia até os dias de hoje no “estado mais bem administrado do mundo” e continuaria existindo para toda a eternidade se os franceses não tivessem feito a revolução de fevereiro!” (NGR, nº 25, p. 121).

⁶³ NGR, nº 25, p. 121.

⁶⁴ Para viabilizar a indenização, propõe a criação de bancos hipotecários e fundos de pensão, que emprestariam aos camponeses o montante a ser repassado à nobreza (18 vezes o valor das obrigações correntes!), e que seria resgatado junto ao banco num prazo de 41 anos, com juros de 4% – de sorte

que a nobreza receberia à vista, e os camponeses se manteriam dependentes, agora monetariamente.

⁶⁵ NGR, nº 25, p. 121.

⁶⁶ NGR, nº 60, p. 178.

⁶⁷ NGR, nº 60, p. 181.

⁶⁸ NGR, nº 183, p. 338.

⁶⁹ NGR, nº 183, p. 338.

⁷⁰ NGR, nº 34, p. 132.

⁷¹ O “Projeto de Lei para a Organização da Guarda Civil”, de 6 de julho de 1848, foi remetido à Assembleia Nacional Prussiana em 7 de julho. A lei entrou em vigor em 12 de outubro de 1848.

⁷² NGR, nº 51, p. 155.

⁷³ Também apresentada à Assembleia Nacional Prussiana em julho de 1848.

⁷⁴ NGR, nº 50, p. 154.

⁷⁵ NGR, nº 183, p. 336.

⁷⁶ A lei sobre a guarda civil, promulgada para desarmar o proletariado, foi usada mais tarde para desarmar a burguesia; nem com essa experiência, entretanto, ela chega a perceber “que tudo que acreditava fazer contra o povo, fazia contra si mesma” (NGR, nº 183, p. 336).

⁷⁷ NGR, nº 52, p. 161.

⁷⁸ NGR, nº 183, p. 335.

⁷⁹ NGR, nº 52, p. 161.

⁸⁰ Somente em 25 de setembro o ministério Pfuel, que sucedeu Hansemann, reconhece, atenuando-a ainda mais, essa ordenança, mas mesmo assim ela não sai do papel.

⁸¹ NGR, nº 100, p. 209.

⁸² NGR, nº 183, p. 240.

⁸³ Trata-se da guerra prussiano-dinamarquesa pelo Schleswig-Holstein. Após a Revolução de Março, foi constituído no Schleswig-Holstein um governo provisório e uma Assembleia Provincial que, pela promulgação de leis democráticas e um projeto de constituição progressista, entrou em conflito aberto com a monarquia dinamarquesa. A população do Schleswig-Holstein reivindicou a integração à Alemanha. Parte da juventude alemã revolucionária e propensa ao patriotismo alistou-se como voluntária no Schleswig-Holstein. A Prússia foi encarregada, pela Assembleia de Frankfurt, do comando da guerra contra a Dinamarca. Mas a camarilha militar prussiana, a fim de fortalecer sua

própria posição, desviar o ânimo revolucionário das massas na Alemanha para o exterior e impedir um desenvolvimento democrático no Schleswig-Holstein, conduziu uma guerra apenas aparente, e assistiu calmamente cada divisão do exército revolucionário do Schleswig-Holstein e dos voluntários alemães ser derrotada pelos dinamarqueses. Quando a Inglaterra e a Rússia enviaram comunicados ameaçadores, a Prússia se apressou a concluir o armistício de Malmö, em 26 de agosto. No tratado, foi estipulado que o Schleswig-Holstein receberia um governo provisório nomeado pela Prússia e pela Dinamarca, e as tropas do Schleswig seriam separadas das do Holstein. O armistício aniquilou as conquistas revolucionário-democráticas e manteve efetivamente a dominação dinamarquesa no Schleswig-Holstein.

⁸⁴ Com o estado de sítio, são suspensos os jornais, inclusive a NGR, desarmada a Guarda Civil, proibidas as associações e decretada a prisão de F. Engels e outros, que fogem de Colônia

⁸⁵ Dois líderes da Associação dos Trabalhadores haviam sido presos, e espalhou-se a notícia de que um terceiro, Moll, poderia sê-lo. Para executar tal sentença, foi escolhida uma segunda feira, dia em que em geral o desemprego se amplia, de sorte que era fácil “saber de antemão que as prisões causariam uma grande agitação entre os trabalhadores e mesmo a provocação poderia levar a uma resistência violenta”, inclusive porque, diante dos últimos acontecimentos, esperava-se “um golpe decisivo, contra-revolucionário, e portanto uma revolução em Berlim”. Os trabalhadores entenderam aquelas prisões, “às vésperas de acontecimentos decisivos”, como medida política visando a privá-los de seus líderes, e viram na procuradoria um órgão da contra-revolução. Diante disso, “decidiram tirar Moll da prisão a qualquer preço”, e assim que o conseguiram “entregaram o campo de batalha”. Só construíram barricadas quando supuseram que “por todos os lados os militares chegavam para o ataque”; mas não foram atacados, e depois de muito esperar se retiraram (NGR, nº 115, p. 226).

⁸⁶ Ver CLAUDIN, F., *op. cit.*, e ENGELS, F., *op.cit.*

⁸⁷ De 26 a 30 de outubro, reuniu-se em Berlim o Segundo Congresso dos Democratas de toda a Alemanha, no qual “manifestam-se claramente temores e reservas da maioria dos líderes democratas quanto ao nascente movimento operário” (CLAUDIN, F. *Op. cit.*, p. 148).

⁸⁸ NGR, nº 133, p. 253.

⁸⁹ CLAUDIN, F. *Op. cit.*, p. 148.

⁹⁰ CLAUDIN, F. *Op. cit.*, p. 143. Ver também NGR, nº 156, pp. 308-311.

⁹¹ A burguesia berlinense, junto com a vienense, aplaude a sangrenta defesa da “ordem” pelos croatas: “A camarilha berlinense, embriagada do sangue de Viena, ofuscada pelas colunas de fumaça dos subúrbios ardentes, atordoada pela gritaria da vitória dos croatas e heidduques, deixou cair o véu” (NGR, nº 135, p. 258.) “A ‘Assembleia Nacional Alemã’ e seu ‘poder central’ traíram Viena. Quem eles representavam? Sobretudo a *burguesia*. A vitória da ‘ordem e liberdade croata’ em Viena dependeu da vitória da república ‘honesta’ em Paris. Quem venceu nas jornadas de junho? A *burguesia*. Com a vitória em Paris, a contra-revolução europeia começou a comemorar sua orgia” (NGR, nº 136, p. 260). NGR, nº 136, p. 259.

⁹² NGR, nº 184, p. 367.

⁹³ NGR, nº 141, p. 266.

⁹⁴ Três dias antes, a *Nova Gazeta Renana* havia lançado a mesma proposta (NGR, nº 241, p. 267-269).

⁹⁵ CLAUDIN, F. *Op. cit.*, pp. 149-150.

⁹⁶ Um dos deputados chega a dizer: “Não sem dificuldade, conseguimos afastar o povo da luta política e faremos tudo o que pudermos para que as coisas transcorram em calma” (CLAUDIN, F., *op. cit.*, p. 150).

⁹⁷ NGR, nº 150, p. 290.

⁹⁸ NGR, nº 183, p. 341.

⁹⁹ Para a burocracia, são resguardados os salários e a supremacia sobre o povo; para a nobreza e os latifundiários, mantém-se a servidão, ou seu resgate somente com indenização, a exclusividade no acesso aos postos mais altos do exército e do funcionalismo público, e o recebimento de verbas públicas a títulos variados, as “esmolas do estado”.

¹⁰⁰ NGR, nº 202, p. 395.

¹⁰¹ NGR, nº 169, p. 323.

¹⁰² NGR, nº 169, p. 323.

¹⁰³ NGR, nº 169, p. 324.

¹⁰⁴ NGR, nº 169, pp. 324-325.

¹⁰⁵ NGR, nº 136, p. 259.

¹⁰⁶ NGR, nº 183, p. 341.

¹⁰⁷ NGR, nº 244, pp. 496-500.

¹⁰⁸ Trata-se de um documento composto de 12 cláusulas, que deveria ser assinado pelo trabalhador e pelo fiscal, estabelecendo as condições sob as quais “o trabalhador receberá emprego.” (NGR, nº 187, p. 369-372).

¹⁰⁹ Casas de Trabalho, estabelecidas na Inglaterra no século XVII. Segundo a Lei dos Pobres de 1834, só era admitida uma forma de ajuda aos pobres: o seu alojamento em casas de trabalho com regime prisional. Nelas, os trabalhadores eram mal alimentados, submetidos a uma “simulação de trabalho improdutiva, repugnante, embotadora do espírito e do corpo”, e “privados de tudo o que se concede aos criminosos comuns, convívio com mulher e filhos, entretenimento, fala – tudo”. Essa “caridade feroz” tinha por objetivo, de um lado, evitar o transtorno da ordem que ocorreria “se todos os paupers da Grã-Bretanha fossem subitamente arremessados à rua”, e, de outro, “manter à disposição um exército de reserva”, transformando os operários em “máquinas sem vontade, sem resistência, sem exigências, sem necessidades.” (NGR, nº 187, p. 369).

¹¹⁰ NGR, nº 187, p. 369.

¹¹¹ NGR, nº 187, p. 370.

¹¹² Nº 187.

Data de envio: 05/06/2013

Data de aceite: 12/07/2013